

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.671 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2003

Márcia Kallme



Iris de Araújo e Sérgio Cabral vão definir com os demais integrantes o cronograma de trabalho da subcomissão, que tem prazo de seis meses

Sérgio Cabral preside Subcomissão do Idoso

Os integrantes da Subcomissão Temporária do Idoso elegeram ontem Sérgio Cabral para presidente e Iris de Araújo para vice. Leomar Quintanilha será relator dos trabalhos.

PÁGINA 2

Azeredo e Tourinho querem mudanças no ICMS para combater desigualdades

PÁGINA 7

Furlan diz no Senado que exportação vai criar 2 milhões de empregos

Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior participou de audiência pública na CAE. Meta de geração de postos de trabalho é para quatro anos, mas, segundo ele, as vendas brasileiras para outros países já devem crescer 10% em 2003.



Furlan (com Ramez Tebet, presidente da CAE) prevê "surpresas" na área de exportação

Célio Azeredo

PÁGINAS 4 E 5

Sem acordo, MP do Futebol bloqueia pauta

Os líderes partidários não chegaram a um acordo para votar ontem a medida provisória que trata da reformulação do futebol brasileiro. Com isso, a pauta de votações do Senado está bloqueada.

PÁGINA 3

Célio Azeredo



Cristovam Buarque: é preciso cuidar "da cabeça, do bolso e do coração" dos professores

Cristovam anuncia na Comissão de Educação meta de abolir o analfabetismo até 2006

PÁGINA 6

Para Meirelles, queda da inflação trará crescimento

Em debate na Comissão Mista de Orçamento, presidente do Banco Central defende a política de juros altos para combater a inflação. Ele afirma que, mais à frente, a taxa de juros cairá e haverá aumento de renda e geração de emprego.

PÁGINA 3



Roosevelt Pinheiro

Projeto de Paulo Octávio visa beneficiar pessoas portadoras de deficiência visual

Paulo Octávio propõe mudança nas notas de real

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) apresentou projeto de lei complementar propondo que as notas de real sejam de tamanho diferente e contenham signos e marcas que facilitem sua identificação por pessoas com deficiência visual.

Ele citou estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrando que 16,6 milhões de brasileiros declararam, no último censo, ter algum grau de deficiência visual. Esse número corresponde a 9,8% da população brasileira, que serão beneficiados pela maior facilidade de identificação física do dinheiro brasileiro, argumentou.

Paulo Octávio reconheceu que o Banco Central, ao lançar as notas de real, aumentou o tamanho dos algarismos, aplicou cores nítidas e diferenciadas por valor e imprimiu textos e valores em calcografia de expressivo relevo.

Essas medidas, acrescentou o senador, foram boas, mas insuficientes. Ele lembrou que a Constituição federal tem por princípio fundamental garantir a plena cidadania. A apresentação do projeto, explicou o senador, tem essa finalidade ao possibilitar que os deficientes visuais reconheçam, sem ajuda de ninguém, as notas de real, tornando possível efetuar transações com dinheiro com o máximo de liberdade.

Comissão aprova Itamar para embaixada na Itália

Ex-presidente informa que deseja estabelecer cooperação na área judiciária, em razão da experiência daquele país na luta contra o crime organizado

A indicação do ex-presidente Itamar Franco para o cargo de embaixador do Brasil na Itália foi aprovada na noite de ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado. Também em votação secreta, receberam aprovação as indicações do ex-deputado federal Tilden José Santiago, para a embaixada brasileira em Cuba, e da diplomata Celina Maria Assumpção do Valle Pereira, para a Suíça. As mensagens do presidente da República serão submetidas agora ao Plenário.

Itamar Franco explicou que, como embaixador, pretende aproximar os poderes legislativos brasileiro e italiano, reativando um antigo acordo de cooperação parlamentar. Outra área de cooperação em que Itamar Franco pretende atuar é a judiciária, já que a Itália tem experiência comprovada na luta contra o crime organizado. Ele afirmou que o



Márcia Kallume
Durante a sabatina na CRE, Itamar Franco disse que, como embaixador, procurará aproximar os poderes legislativos brasileiro e italiano

governo Luiz Inácio Lula da Silva é motivo de grande interesse e curiosidade das autoridades italianas.

Na mesma reunião, a CRE acolheu requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) propondo que seja encaminhada sugestão ao papa João Paulo II para que reúna todos os líderes religiosos do mundo em Bagdá. Segundo o senador, a iniciativa poderia fa-

zer com que o presidente norte-americano, George W. Bush, parasse o bombardeio à capital iraquiana. O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apoiou o requerimento, mas ponderou que não seria conveniente pedir ao papa que fosse a Bagdá neste momento. Suplicy respondeu que, opcionalmente, a reunião poderia acontecer em Washington, Londres ou Roma.

Sérgio Cabral assume Subcomissão do Idoso

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) foi eleito ontem presidente da Subcomissão Temporária do Idoso. Ele indicou o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) para relator do colegiado, que terá, regimentalmente, um prazo de seis meses para concluir seus trabalhos. A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) foi eleita para o cargo de vice-presidente da subcomissão.

Sérgio Cabral antecipou que, juntamente com os sete integrantes da subcomissão, vai elaborar



Márcia Kallume

Sérgio Cabral usará experiência do Rio de Janeiro no colegiado

um cronograma de atividades, que incluirá o convite a pessoas envolvidas com projetos voltados à terceira idade, para debater com os senadores. A primeira audiência deverá acontecer no próximo dia 15.

O presidente da subcomissão lembrou que trazia para o Senado o arcabouço da legislação sobre os idosos, que está sendo aplicada no Rio de Janeiro, para a qual contribuiu durante o período em que foi deputado estadual.

Sérgio Cabral ressaltou que ape-

nas 3% da população brasileira tinha mais de 60 anos no começo do século 20, contra 10% registrados atualmente. Ao afirmar que a porcentagem continua crescendo, ele observou que embora essa tendência tenha um aspecto positivo, pois significa que os brasileiros estão vivendo mais, é preocupante a qualidade de vida dos que estão na terceira idade.

Caberá à subcomissão, disse o senador, estimular a conscientização da família para a importância do convívio com o idoso. Nesse sentido, ele defendeu a construção de centros de convivência e a implantação de uma política de integração para a terceira idade.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2003

Presidente
José Sarney

10h — Recebe o embaixador Carlos Augusto Santos Neves
10h30 — Recebe Roberto Castelo, diretor-adjunto da Organização Mundial da Propriedade Intelectual
10h45 — Recebe a ministra Matilde Ribeiro, secretária especial de Promoção da Igualdade Racial
11h30 — Recebe o senador Paulo Paim, acompanhado de parlamentares negros, para tratar do Congresso Panamericano de Parlamentares Negros
11h55 — Recebe Felix Howald, coordenador para América Latina da World Economic Fórum
12h — Recebe o senador Sérgio Zambiasi, acompanhado de representantes da Federação Brasileira de Fiscais de Tributos Estaduais
13h — Almoço em homenagem ao ex-presidente da Argentina Raúl Alfonsín
15h30 — Preside sessão plenária
19h — Exposição Três Artistas do Maranhão, de Jesus Santos, Dila e Cordeiro do Maranhão. Expoarte Galeria, Brasília Design Center, 701 Sul

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: MP nº 79/02 que altera dispositivos da Lei nº 9.615/98 (institui normas gerais sobre desporto); MP nº 80/02 que altera o artigo 5º da Lei nº 8.427/92, dispondo sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural; PLC nº 92/01 que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural; discussão em turno único, em regime de urgência, do PLS nº 66/03 que altera os artigos 75 e 121 do Decreto-Lei nº 2.848/40/Código Penal (altera a pena máxima para 40 anos; aumenta a pena para homicídios qualificados; introduz como homicídio qualificado o praticado contra magistrados, membros do Ministério Público, jurados e policiais); terceira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 21/01 que altera a redação do artigo 6º da Constituição federal (acrescenta aos direitos sociais a alimentação); segunda sessão de discussão, em segundo turno, do substitutivo à PEC nº 1/01 que determina a fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais; entre outras matérias.

COMISSÕES

10h — Comissão de Educação. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

11h30 — Comissão de Fiscalização e Controle. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

12h — Subcomissão Permanente de Fiscalização das Agências Reguladoras. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

14h — Subcomissão Temporária da Saúde. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 11

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Meirelles: inflação baixa viabiliza crescimento

Presidente do Banco Central participa de debate na Comissão Mista de Orçamento e reitera prioridade do governo federal de controlar os preços para, em seguida, reduzir a taxa de juros praticada no Brasil

Pavan anuncia bloqueio da BR-101 para apressar obras

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) anunciou ontem que as lideranças de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul estão preparando para a próxima semana "um cronograma de movimentos de radicalização" com o bloqueio da BR-101, no trecho entre os municípios de Palhoça (SC) e Osório (RS) se não obtiverem uma resposta positiva do ministro dos Transportes, Anderson Adauto, que teria prometido publicar ontem um novo edital para as obras de duplicação do trecho sul daquela rodovia.

Pavan disse que vai conversar com o governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira,



Pavan quer reunir lideranças de SC para audiência com Lula

ra, com o objetivo de formar uma caravana de políticos, empresários e líderes regionais que tentarão uma audiência com o presidente Lula da Silva. Os editais foram lançados em junho do ano passado e, em setembro, o Tribunal de Contas da União (TCU) paralisou a concorrência, alegando supostas irregularidades. Em dezembro, o TCU liberou o processo, determinando alterações nos editais:

— Com a posse do novo governo federal, a duplicação, ao que parece, deixou de ser a prioridade anunciada durante a campanha, pois o ministro dos Transportes suspendeu 60 licitações de rodovias em todo o país.

Ideli quer ouvir autoridades sobre as remessas ilegais

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) se encontrou ontem com o procurador da República Luiz Francisco de Souza, que faz parte da força-tarefa que investiga o envio de remessas ilegais de dinheiro para o exterior. Ela pretende trazer autoridades envolvidas no caso para dar detalhes do andamento das investigações antes de pedir a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre o assunto.

Ideli conseguiu, em quatro semanas, 35 assinaturas no requerimento, quando são necessárias 27. Contudo, após se reunir com a bancada do PT, a senadora concordou que ainda não é o momen-

to de se instalar a CPI, já que as investigações da Polícia Federal estão concentradas nos Estados Unidos.

— Instaurar a CPI implicaria praticamente quase que se deslocar para lá, o que é inviável. O ideal seria acompanharmos os procedimentos e, a partir do momento em que a investigação estiver encerrada, poderíamos então avaliar a instalação da CPI — disse.

No início do ano, a imprensa denunciou o envio de capital para o exterior através de contas CC-5 de uma agência do Banestado, em Foz do Iguaçu, para Nova York e, de lá, transferido a contas bancárias em paraísos fiscais.

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, sustentou ontem, durante debate na Comissão Mista de Orçamento, que só inflação baixa provoca crescimento econômico sustentado, com aumento de renda e de emprego da população. Por isso, o governo Lula da Silva coloca como prioridade o combate à inflação, que acabará levando a uma redução nos juros reais praticados no Brasil.

A arma será a taxa de juros, revelou Meirelles. Para ele, pode parecer um paradoxo usar a taxa de juros para controlar a inflação e, mais à frente, obter uma redução na própria taxa de juros. "É tudo questão de confiança", ponderou. No momento em que os investidores não tiverem mais dúvidas sobre o risco de investir no Brasil, o próprio mercado aceitará taxas de juros mais baixas para os títulos da dívida pública. União, estados e municípios gastaram R\$ 113,9 bilhões no pagamento de



Henrique Meirelles (E) e os membros da comissão: juros reais no Brasil são muito inferiores a "esses 26,5% que saem toda hora na imprensa"

juros de suas dívidas, em 2002.

Meirelles disse aos parlamentares que a maioria dos bancos centrais do mundo usa atualmente a taxa de juros para combater a inflação e que a alternativa de emprego da taxa de câmbio, como fez o governo brasileiro de 1995 a 98, hoje é um caminho abandonado pela maioria dos países, por causa das crises cambiais.

O presidente do BC ponderou

que os juros pagos pelo governo na venda de seus títulos "não são esses de 26,5% que saem toda hora na imprensa". O juro que interessa, disse Henrique Meirelles, é o que sobra depois de descontada a inflação e os impostos — "é o juro real". Essa taxa tem variado no Brasil, nos últimos tempos, "de 6% a 10% ao ano", enquanto a taxa média dos juros reais de agosto de 95 a junho de 99 ficou em 19,07%.

Ciro Gomes participará de audiência na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizará audiência pública com o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, e com a coordenadora do projeto Nova Sudene — Rede Viva, Tânia Bacelar, para conhecer as políticas públicas de desenvolvimento regional que o governo federal pretende implementar. O requerimento para convite do ministro, apresentado pelo senador César Borges (PFL-BA), foi aprovado ontem pela CAE. O senador também pretende obter informações específicas sobre o papel das agências de desenvolvimento, especialmente a dedicada à Região Nordeste.

O convite para a coordenadora



César Borges é autor do requerimento de convite ao ministro

do programa Nova Sudene foi apresentado pelo senador Efraim Moraes (PFL-PB), que pretende obter dados do trabalho de recriação da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), coordenado por Tânia Bacelar. Os autores dos dois requerimentos concordaram com sugestão do senador Fernando Bezerra (PTB-RN) de ouvir os convidados conjuntamente.

Na mesma reunião, o senador Almeida Lima (PDT-SE) citou requerimento de sua autoria, já aprovado pela CAE, que solicita a realização de audiência pública com a ministra de Minas e

Energia, Dilma Rousseff, para exposição do programa de governo para instalação de novas refinarias no país. O presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), informou que a secretaria do colegiado já entrou em contato com a assessoria da ministra para agendar uma data apropriada.

MINERAÇÃO

Na reunião, Tebet anunciou os integrantes de duas subcomissões criadas pela CAE. Comporão a Subcomissão de Mineração os senadores Luiz Otávio (PMDB-PA), Sérgio Cabral (PMDB-RJ), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Ana Júlia (PT-PA). A Subcomissão de Turismo será formada por Aelton Freitas (PL-MG), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Paulo Octávio (PFL-DF), Leonel Pavan (PSDB-SC) e Valdir Raupp (PMDB-RO).

Falta de acordo entre lideranças impede votação da MP do Futebol

Não houve acordo entre as lideranças partidárias que permitisse a votação da medida provisória (MP) que regulamenta o futebol brasileiro, equiparando a atividade de caráter empresarial. Com isso, a pauta do Senado permanece trancada, impedindo a votação de outras

duas medidas provisórias e mais 14 outros itens.

A chamada MP do Futebol foi modificada na Câmara dos Deputados. O texto que veio ao Senado já tem relatório favorável do senador José Jorge (PFL-PE) e obriga os clubes a publicarem seus balanços contábeis e fiscais, mes-

mo que não se transformem em empresas.

Pelo texto, o Ministério Público poderá fiscalizar clubes, ligas, federações e confederações. Os clubes de futebol terão que publicar os balanços fiscais e contábeis até o mês de abril do ano subsequente ao exercício fi-

nanceiro. Os clubes de futebol não serão obrigados a se transformar em empresas, que serão regidas pelo Código Civil. No caso dos chamados "clubes-empresa", as atividades serão regidas pela lei referente à constituição que tiverem escolhido — sociedade anônima, limitada etc.

O texto da medida provisória também trata da segurança nos estádios, determinando a realização de inspeções, acompanhadas pelo Ministério Público, das condições de segurança e higiene dos estádios, antes e durante as competições esportivas.

DEBATES NO SENADO

Exportações vão gerar 2 milhões de empregos

Promessa foi feita ontem pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, durante audiência pública na CAE. Postos de trabalho serão criados ao longo dos quatro anos do governo Lula

Nos quatro anos do atual governo, o setor exportador deverá contribuir com a criação de 2 milhões de empregos, dos 10 milhões assumidos como compromisso de campanha pelo presidente Lula da Silva. A meta foi anunciada ontem pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para este ano, existe, segundo o ministro, um compromisso com o setor privado de aumentar em pelos menos 10% as exportações, gerando mais de US\$ 6 bilhões em divisas e cerca de 400 mil empregos. Furlan informou que estudos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) chegam a dimensionar a possibilidade de o Brasil gerar 1 milhão de novos postos de trabalho por ano se houver um apoio decisivo do setor exportador.

Além de evidenciar a prioridade concedida pelo governo às exportações e fazer um grande balanço das metas e objetivos à frente da pasta do Desenvolvimento, o ministro disse que a postura do presidente Lula – claramente favorável à paz no conflito norte-americano com o Iraque – coloca o Brasil em uma “posição muito simpática” com países onde os exportadores vêm tentando consolidar a presença brasileira, como os árabes e os do norte da África.

Furlan afirmou que o Ministério do Desenvolvimento trabalha em três frentes: estímulo às exportações de maior valor agregado, buscando novas oportunidades e diversificando a pauta brasileira; redução dos custos tributários, tendo como meta a desoneração completa das exportações; e eliminação dos entraves burocráticos, facilitando a vida do exportador.



Tebet (E), Furlan e os membros da CAE: senadores defenderam, na audiência pública, esforço contra a burocracia

Célio Azevedo

Ministro promete surpresas nas vendas ao exterior

O ministro Luiz Fernando Furlan anunciou que o governo federal trará “surpresas extraordinárias” no campo das exportações, das quais o país “nunca teve notícias”, ao comentar afirmação do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) de que o



Arthur Virgílio

superávit da balança comercial até março (US\$ 3,6 bilhões) é fruto de acordos e contratos assinados no governo anterior. Furlan afirmou que o superávit não é inercial do governo anterior, mas teve a influência da grande safra, ajudada pelas chuvas, e pela valorização do dólar frente ao real.

Arthur Virgílio também apelou ao ministro para a necessidade de compreensão da importância da

Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e pediu que o ministério busque mecanismos para salvaguardá-la na Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Furlan afirmou que irá trabalhar para equilibrar a balança comercial até 2005, por meio da diversificação e da agregação de valor da produção.

O senador reclamou ainda da paralisação do BNDES, que, segundo ele, “teve as estruturas desmontadas”. Furlan disse que o banco passa por uma transformação mas, ainda assim, já podem ser observados resultados positivos, como o aumento de 16% nos financiamentos às pequenas empresas.



Ney Suassuna



Sérgio Guerra



Roberto Saturnino



Lúcia Vânia

Senadores criticam burocracia e pedem planos

Na audiência pública, os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Roberto Saturnino (PT-RJ) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) criticaram a burocracia existente no caminho dos produtores até que sejam concretizadas relações comerciais com empresas em outros países. Os senadores também defenderam maiores investimentos em infra-estrutura de transportes e de energia para garantir que o país consiga aumentar a sua produção de modo a atender a demanda externa pelos produtos nacionais.

Suassuna pediu que o ministro do Desenvolvimento trabalhe para diminuir exigências burocráticas e que busque soluções criativas para facilitar a assinatura de con-

tratos de exportações. O senador defendeu ainda a montagem, pelo governo, de uma feira permanente ou *shopping* flutuante em um grande navio, que serviria para promover vendas e treinamento de gerentes para a exportação.

O senador Sérgio Guerra lamentou que o ministério de Furlan tenha poucos recursos para atingir os seus objetivos. O parlamentar acha que a capacidade de produção não aumentará se não houver uma grande renovação no sistema de logística do país. O ministro afirmou que a prioridade de investimentos será dada à resolução de problemas que impedem maior apoio à produção. Ele citou o porto de Paranaguá (PR), em que investimentos devem ser feitos para acabar com a demora

no escoamento da produção de grãos. A melhoria dos acessos rodoviário e ferroviário aos portos, como o de Santos (SP) e de Sepetiba (RJ), foi apontada por Furlan a Roberto Saturnino como uma solução. Ele observou que essa discussão deve ser feita em conjunto com o Congresso e pediu contribuições dos senadores.

Lúcia Vânia disse não encontrar no governo ações estratégicas coordenadas que possam oferecer a segurança de que os resultados das exportações apontados por Furlan serão atingidos. O ministro garantiu que a equipe do governo está em processo de integração e informou também que Goiás foi escolhido como piloto para os projetos de estímulo às exportações.

Mercadante sugere ouvir presidentes do BB, BNDES e Caixa

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), sugeriu ontem, durante o debate com o ministro Luiz Fernando Furlan, que os presidentes dos três bancos responsáveis pela estratégia financeira de exportações – Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Fe-

deral – sejam convidados a participar de reunião na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para esclarecer como funcionarão, estrategicamente, as ações do governo direcionadas para o crescimento industrial, de exportações e da economia em geral.

Mercadante aproveitou para elogiar a atuação de Furlan, lembrando que o Ministério do Desenvolvimento foi comandado por sete pessoas diferentes no governo anterior.

Aloizio Mercadante observou que a área de exportação é uma

das que vêm apresentando melhor resultado no atual governo, e que isso ocorre em um cenário mundial adverso – a guerra, lembrando que as exportações têm contribuído para apontar a economia brasileira como a que mais melhorou recentemente.



Aloizio Mercadante

Célio Azevedo

DEBATES NO SENADO

Suplicy defende incentivo a programas de renda mínima

Durante a audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que políticas de garantia de renda mínima ou de imposto de renda negativo sejam incentivadas em conjunto com programas de geração de emprego. Para Suplicy, a experiência de outros países demonstra que a criação de políticas na área social não torna a economia menos competitiva.

O ministro disse que, na qualidade de membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, oferece, como contribuição da sua pasta, a possibilidade de criação de emprego e renda à popula-



Suplicy: políticas na área social não tornam a economia menos competitiva

ção. Daí, segundo Furlan, a meta de criar 2 milhões de empregos relacionados à produção nos quatro anos do governo Lula.

Suplicy comentou que o ex-presidente dos Estados Unidos Bill Clinton expandiu o programa de imposto de renda negativo no país (*Earned Income Tax Credit*) e, mesmo assim, conseguiu reduzir o desemprego no

país à metade. O senador pediu ao ministro contribuições na definição do melhor desenho dos programas que tenham em vista a erradicação da fome, para que um número cada vez maior de brasileiros participe das riquezas.

Ao final da exposição de Furlan, o presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), pediu que o ministro preste atenção ao fato de projetos aprovados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste não estarem sendo liberados pelo Banco do Brasil, responsável pela execução dos contratos de crédito. Para Tebet, a ação do banco é arbitrária. A seu ver, não seria competência da instituição avaliar a viabilidade do empreendimento.

Governo quer pequenas empresas exportando mais

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, informou aos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos que

uma das prioridades de sua área será a criação de linhas de financiamento voltadas para o incremento das exportações pelas pequenas e médias empresas. Nesse sentido, o governo já está realizando reuniões periódicas com representantes do Banco do Brasil (BB), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Caixa Econômica Federal e dos ministérios relacionados à área de exportação para planejar uma ação coordenada e conjunta.

A informação foi dada em resposta ao senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), que manifestou sua preocupação com as dificuldades enfrentadas pelas pequenas e médias empresas para aumentar suas exportações. O maior problema residiria na excessiva burocracia que as empresas encontram ao solicitar créditos para exportação e não na ausência de qualidade do produto nacional diante da concorrência internacional.



Geraldo Mesquita Júnior



Fernando Bezerra



Romero Jucá

O ministro concordou com as preocupações de Mesquita Júnior e disse que sua equipe já está estudando medidas práticas e efetivas para reduzir a burocracia, como a não aplicação do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) às empresas exportadoras e a criação de linhas específicas para exportação.

— Essa coordenação servirá para melhorar a irrigação das empresas, e a opinião pública pode ter certeza que em pouco tempo este ministério apresentará frutos muito positivos para o país. A nossa equipe está voltada para os desafios do futuro e a motivação é extraordinária — declarou Furlan.

ESTÍMULOS REGIONAIS

Também o senador Fernando Bezerra (PTB-RN) apontou os empecilhos que as pequenas e médias empresas, particularmente as das regiões Norte e Nordeste, enfrentam para desenvolver projetos de exportação. Na opinião do parlamentar, o governo deve imple-

mentar plano estratégico de financiamento e promoção comercial dos produtos dessas empresas. Ele elogiou o desempenho de Furlan e solicitou informações sobre o projeto de instalar 120 pólos de exportação no Nordeste, especialmente o de sua cidade natal, Santa Cruz (RN), onde seria instalado o primeiro deles.

Os senadores Romero Jucá (PSDB-RR) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) também registraram preocupação com a ineficácia das políticas de estímulo à exportação voltadas para as regiões mais pobres do país. Jucá observou, inclusive, que as linhas de crédito específicas já existem, mas não operam efetivamente.

Em resposta às indagações, Furlan afirmou que compartilhava das inquietações dos senadores, pois reconhecia as dificuldades das empresas dessas regiões e a necessidade de dar atenção a elas. Ele lembrou a existência de um ministério específico, o da Integração Nacional, para tratar do assunto, e disse que, na sua área de atuação, mapeia a produção dos estados para estimular o intercâmbio de informações entre as empresas que atuam complementarmente.

Dilma Rousseff expõe planos à Comissão de Infra-Estrutura

O presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), senador José Jorge (PFL-PE), comunicou que a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, participará de audiência pública na próxima terça-feira, às 9h, para apresentar seu plano de trabalho à frente do ministério. Logo após o anúncio, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) apresentou requerimento solicitando a presença da ministra para debater o horário de verão, que todos os anos é instituído no Brasil.

Para evitar que Dilma Rousseff tenha que comparecer duas vezes à comissão em um curto espaço de tempo, José Jorge propôs que na terça-feira ela apresente suas propostas para o ministério e, em seguida, discuta o horário de verão com os senadores. A sugestão foi aprovada por unanimidade.



José Jorge anunciou a presença da ministra de Minas e Energia

Ao apresentar seu requerimento, Mesquita Júnior explicou que a presença da ministra será importante para os senadores se posicionarem sobre dois projetos que estão na pauta da CI e que tratam do horário de verão. Um deles, apresentado no ano de 2000 pelo senador

licenciado Maguito Vilela, veda a implantação do horário de verão nos estados de Goiás e Tocantins e no Distrito Federal. O parecer do relator, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), é pela rejeição.

O outro projeto é de iniciativa da Câmara, também com parecer contrário de Rodolpho Tourinho, e torna permanente a instituição do horário de verão a partir do terceiro domingo de outubro de cada ano até o segundo domingo de fevereiro do ano subsequente. Pela proposta, a hora de verão atingiria 12 estados e o Distrito Federal.

Lobão amplia o diálogo sobre reforma da Justiça

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Edison Lobão, encontrou-se ontem com o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Nilson Naves, para conversar sobre a reforma do Judiciário.

Segundo Lobão, o trabalho de sistematização do projeto e das emendas deve ser concluído esta semana. Em seguida, informou, será indicado um relator para a proposta.

Na opinião do presidente do STJ, a reforma do Judiciário não deve partir do zero. Segundo Naves, há pontos importantes discutidos anteriormente, quando o projeto foi examinado pela Câmara e pela CCJ, que devem ser aproveitados. Lobão concorda com essa posição.

Uma das questões, explicou o ministro, diz respeito à súmula vinculante, caracterizada pela obrigatoriedade de os juízes seguirem os julgados dos tribunais superiores. Esse recurso, ainda não obrigatório no sistema judiciário brasileiro, é um dos assuntos mais polêmicos da reforma. No entanto



Lobão discutiu ontem com o presidente do STJ a reforma do Judiciário

Lobão disse acreditar que a questão tenha "toda a possibilidade de êxito na nova votação que se processará".

— A súmula vinculante é, de fato, um dos pontos mais polêmicos. Mas vai ajudar muito o andamento dos processos — defendeu o presidente do STJ.

Não é o que pensa o presidente da Associação Nacional dos Juizes Federais (Anajufe), Paulo Sérgio Domingues. Segundo Domingues, que também se encontrou com Lobão ontem para discutir a reforma, uma súmula vinculante muito rápida é antidemocrática porque impede o debate entre as diferentes instâncias judiciais. Além disso, apontou o presidente da Anajufe, a adoção desse recurso não vai diminuir o número de processos na primeira instância nem impedir que o réu recorra.

Com o objetivo de ampliar o diálogo sobre a reforma do Judiciário, Edison Lobão também recebeu ontem o vice-presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), André Luís Machado Costa.

DEBATES NO SENADO

Cristovam quer abolir analfabetismo até 2006

O ministro da Educação, Cristovam Buarque, enumerou em audiência pública realizada ontem, na Comissão de Educação (CE), os principais objetivos de sua gestão: abolir o analfabetismo, tornar realidade a “escola ideal” no ensino básico e “reinventar a universidade”.

Cristovam Buarque anunciou ainda que pretende investir na educação da população no que diz respeito a regras de convivência, como o respeito aos pedestres, aos horários de compromissos e à manutenção da limpeza das ruas. Mas ressaltou que só com o apoio do Congresso e grande investimento conseguirá alcançar essas metas.



Em audiência pública na CE, Cristovam (ao microfone) defendeu a excelência no ensino básico e mudanças na estrutura das universidades

Elevar o nível de alfabetização a próximo dos 100%, disse, será uma complementação da abolição da escravidão e da proclamação da República. Ele destacou que o Brasil tem hoje entre 15 milhões e 20 milhões de analfabetos. Para o

ministro, que pretende resolver o problema até 2006, o Brasil tem uma elite que não merece o título de republicana, uma vez que nunca deu a seus ex-escravos terras, educação ou salário suficiente.

— O grande legado de Lula pode

ser terminar o que essas gerações que aboliram a escravidão e proclamaram a República apenas começaram e as outras gerações não deram prosseguimento — afirmou.

O segundo objetivo anunciado pelo ministro foi o de que toda criança brasileira freqüente a escola a partir dos quatro anos e que a maioria termine o ensino médio com qualidade. Ele reconheceu que essa é uma meta para os próximos 20 anos.

Para Cristovam, é preciso cuidar “da cabeça, do bolso e do coração” dos professores, que, em sua maioria, avaliou, estão despreparados, desmotivados e descontentes. Defendeu melhor remuneração para

os professores da rede pública e a fixação de um piso nacional para a categoria pelo Congresso Nacional. Propôs ainda que os docentes tenham programa de formação e passem a ser avaliados.

Sobre as universidades, Cristovam disse que as particulares devem ser examinadas em relação à qualidade e ao preço, e as públicas precisam receber mais recursos materiais e financeiros e ter menos burocracia. O ministro defendeu uma alteração profunda na estrutura universitária, criada no início dos anos 70 e mantida sem mudanças até hoje.

— É preciso uma nova visão da universidade ou a estrutura será ultrapassada — concluiu.

Ministro defende ensino em horário integral

Cristovam Buarque afirmou que pretende estabelecer horário integral para escolas de ensino fundamental, com previsão de investimento anual de R\$ 2 bilhões. Em resposta ao senador Demostenes Torres (PFL-GO), explicou que, com a ajuda do Congresso e mais recursos, a meta pode ser alcançada até antes de 2010. Ele lembrou que em todo o mundo a escola é integral.

O ministro observou que, se toda escola pública for de qualidade, atendendo aos brasileiros desde os quatro anos de idade, a concorrência para o ensino superior não será de renda e sim de capacidade.

Em resposta ao senador Leonel Pavan (PSDB-SC), Cristovam explicou que o calendário escolar é descentralizado, decidido em cada cidade e que, portanto, é preciso haver um debate maior para que não atrapalhe eventos turísticos, causando problemas para a economia de cidades que têm nesse setor sua maior fonte de renda.

Diante do questionamento de Sérgio

Cabral (PMDB-RJ), o ministro defendeu um programa nacional para o ensino médio e mais recursos federais, ainda que a execução fique a cargo dos estados. O ministro também é favorável à criação de mais escolas federais e à destinação de vagas das universidades públicas para alunos de escolas do governo. À senadora Ideli Salvatti (PT-SC), Cristovam explicou que, para os projetos de alfabetização, está recorrendo a programas existentes, como o Comunidade Solidária, e que busca formas de ampliar recursos para o ensino infantil e médio.

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) questionou o ministro a respeito do tratamento dado aos demais trabalhadores da educação. Cristovam garantiu que todos merecem atenção, sem diminuir a responsabilidade do professor. Em resposta a Aelton Freitas (PL-MG), ele informou que está “praticamente aprovada a liberação de contratações para preenchimento de cargos de professores e pessoal nos hospitais universitários”.

Fotos: Célio Azevedo



Hélio Costa



Flávio Arns



Eurípedes Camargo



Reginaldo Duarte

Hélio Costa pede aulas sobre cidadania

Ao abrir os debates com o ministro da Educação, Cristovam Buarque, o vice-presidente da CE, Hélio Costa (PMDB-MG), disse ter ficado estupefocado com pesquisa realizada entre universitários mineiros. Nada menos que 40,5% dos entrevistados afirmaram achar a tortura justificável e 44,5% manifestaram concordar com o fechamento do Congresso. Para Hélio Costa, a pesquisa revela que os universitários não receberam ensinamentos de cidadania. Cristovam informou que defende a adoção de noções de cidadania desde o ensino fundamental.

Referindo-se a pesquisa que mostra o baixo nível do ensino de Matemática nas escolas públicas, Iris de Araújo (PMDB-GO) cobrou mais investimentos no ensino fundamental. O minis-

tro ressaltou que o problema só será resolvido com a valorização dos professores.

Cristovam anunciou que manterá projetos do governo anterior, como o Provão. Ele deu a informação em resposta a José Jorge (PFL-PE), que entende que muita coisa foi feita pelo governo anterior.

Flávio Arns (PT-PR) pediu a criação de uma política específica para portadores de deficiência física. Segundo o ministro, os deficientes merecem atenção especial.

Já Almeida Lima (PDT-SE) cobrou o retorno do crédito educativo. O ministro lembrou que o programa será reativado a partir de maio. Eurípedes Camargo (PT-DF) defendeu

a valorização dos professores, enquanto Reginaldo Duarte (PSDB-CE) solicitou a utilização de parte do FGTS para custeamento de estudos. O ministro prometeu estudar a proposta.

José Cruz



Demostenes Torres



Ideli Salvatti



Fátima Cleide



Aelton Freitas

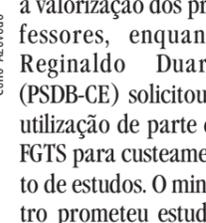


Iris de Araújo



Almeida Lima

Célio Azevedo



Reginaldo Duarte

Cercos a petistas é especulação da imprensa, diz Heloísa

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) classificou como especulação da imprensa declarações atribuídas a lideranças do governo a respeito de um suposto “cerco sobre rebeldes” petistas, que teriam sido controlados para votar a proposta de emenda à Constituição (PEC) para a regulamentação

“fatiada” do sistema financeiro nacional.

A senadora disse não acreditar nas supostas declarações porque o país não vive no tempo da Inquisição. Na sua opinião, está sendo dada a essa PEC importância que ela de fato não tem, tanto que, quando de sua votação no Sena-

do, o PT não fechou questão e liberou sua bancada para votar como quisesse.

Heloísa afirmou ainda esperar que a relevância dada à matéria não seja porque sua aprovação ou rejeição será índice de vitória ou derrota do governo, ou porque ela responde a algum acordo com o Fun-

do Monetário Internacional (FMI) para garantir autonomia ao Banco Central.

Segundo a parlamentar, os senadores sabem que ela considera fundamental o debate da fidelidade partidária. No entanto, acrescentou, em relação à autonomia do BC, por convicção ideológica, votará contra.

José Cruz



Heloísa afirma que não há controle para votação, pois país não vive no tempo da Inquisição

Azeredo sugere medidas contra disparidade regional

Senador propõe novos critérios para repartição dos recursos do ICMS e do FPM visando reforçar investimentos em áreas pobres

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) sugeriu ontem em Plenário a adoção de novos critérios de repartição dos recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A medida teria o propósito de combater as disparidades regionais, reforçando os investimentos públicos em áreas pobres do país, de modo a evitar “a migração descontrolada” e “o ciclo de miséria, exclusão e violência” que a acompanha nas grandes e médias cidades.

— Todos os estudos que se fizeram, tentando mapear os níveis de renda e de qualidade de vida, demonstram o grande abismo que existe entre as regiões mais pobres e as regiões mais ricas — afirmou. Essa realidade inspirou Eduardo Azeredo, quando governador de Minas Gerais, a promo-

ver uma política de redistribuição do ICMS entre os municípios do estado, conhecida como “Lei Robin Hood”.

Conforme explicou, a iniciativa perseguiu quatro objetivos básicos: descentralizar a repartição do tributo; incentivar sua aplicação em áreas sociais; estimular a geração de receitas municipais próprias e reduzir as diferenças socioeconômicas entre as cidades mineiras. A partir de uma lei estadual, o governo de Minas Gerais reservou 25% da arrecadação do ICMS e operou a distribuição dos recursos por critérios diversos do volume recolhido por cada município, como área geográfica, população, gastos em educação e saú-



Eduardo Azeredo: estudos demonstram grande abismo entre regiões

Fotos: Roosevelt Pinheiro

de, área cultivada, preservação do patrimônio cultural e do meio ambiente.

Outro compromisso do senador tucano é, a partir dos critérios norteadores da “Lei Robin Hood”, oferecer projeto propondo a redistribuição da receita do FPM. Atualmente, o valor adicionado fiscal preside a repartição da cota-parte do ICMS, e o critério da população residente, a distribuição do FPM.

Os senadores Leonel Pavan (PSDB-SC), Aelton Freitas (PL-MG), César Borges (PFL-BA) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) elogiaram as propostas de Eduardo Azeredo.

Para Tourinho, ICMS deve ser cobrado no destino

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defendeu ontem a adoção do critério de cobrança no destino para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ou tributo que venha a substituí-lo no âmbito da reforma tributária. Atualmente, a incidência se dá na origem, favorecendo os estados produtores e mais ricos.

— O princípio do destino é mais justo do ponto de vista de mercado dos estados. Ao longo de muitos anos os estados mais desenvolvidos, os chamados exportadores líquidos, têm usufruído de enormes vanta-



Tourinho pede cautela na restrição a incentivos fiscais

gens com o atual critério, o que é comprovado pela resistência que fazem à mudança proposta — disse o senador, que defende um período de transição entre os dois sistemas.

Tourinho sugeriu que a reforma tributária tenha por base emenda aglutinativa, que tramita no Congresso, fruto dos trabalhos de comissão que analisou

o assunto, incorporando sugestões do relator da reforma na Câmara, deputado Mussa Demes, e demandas dos secretários estaduais de Fazenda e do setor empresarial.

A emenda extingue o ICMS, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Serviços (ISS), o Plano de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), o salário-educação e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para, em seus lugares, criar impostos sobre valor agregado federal e estadual e um imposto municipal sobre vendas no varejo e serviços.

Rodolpho Tourinho sugeriu cautela na adoção de dispositivos que impeçam a concessão de incentivos fiscais pelos estados. A chamada guerra fiscal, na avaliação do senador, é uma necessidade dos estados, em virtude da diferença de desenvolvimento entre as regiões.



João Capiberibe quer evitar desvios em programas

Capiberibe cobra rigor na aplicação de verba pública

O senador João Capiberibe (PSB-AP) apelou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que seja mais rigoroso com a corrupção nos programas oficiais dirigidos à Região Norte, principalmente nos que funcionam à base de incentivos fiscais. Capiberibe disse que esteve com o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, e pediu a ele um estudo comparativo entre os efeitos dos investimentos de US\$ 180 milhões do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais e a verba total de R\$ 1,4 bilhão derivada de renúncias fiscais no âmbito da antiga Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

O senador afirmou que Ciro Gomes tem ampla proposta para financiamento da biodiversidade amazônica e dos setores produtivos. O ministro mencionou também a intenção de recriar a Sudam.

Garibaldi condena corte de 50% em recursos do FAT

Não é só o reajuste do salário mínimo que preocupa o trabalhador brasileiro. Essa é a opinião do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que protestou em Plenário contra o “considerável” corte de quase 50% nos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) destinados a programas de qualificação profissional e de recolocação de desempregados no mercado de trabalho.

Com base em reportagem da *Folha de S. Paulo*, o senador informou que dos R\$ 428 milhões aplicados no ano passado, os recursos foram reduzidos para R\$ 270



Garibaldi diz que estados sofrem constrangimento

milhões em 2003.

O senador até reconhece a necessidade de contingenciamento de recursos, mas ressalva que certos cortes precisam ser revistos.

Garibaldi chamou atenção para o constrangimento a que as centrais sindicais e os

governos estaduais foram submetidos, já que terão de fazer escolhas quanto aos programas que serão prejudicados.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) contestou a decisão do governo de fixar o salário mínimo em R\$ 240. Ele defendeu o valor de R\$ 277,50.

Tuma diz que o sistema penitenciário está falido

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que a preocupação excessiva da sociedade, dos governadores e do próprio governo federal com o destino de um único bandido, Fernandinho Beira-Mar, demonstra claramente que o sistema penitenciário e o próprio sistema de segurança pública no país estão falidos.

— Como é possível que governadores não queiram se responsabilizar por sua prisão? — indagou.

Tuma lembrou os episódios de violência no Rio de Janeiro, que, segundo disse, “mais parecem saídas da guerra no Iraque”, para afirmar que demonstram “o total

descontrole do aparato policial”.

Tuma lamentou que ao longo dos anos a polícia tenha sido esquecida no Brasil, “porque, com a redemocratização, ela ficou identificada com o regime de exceção anterior”.

Em apartes, Demostenes Torres (PFL-GO) e Edison Lobão (PFL-MA) também se mostraram preocupados com a questão da segurança.



Tuma: violência no Rio lembra guerra do Iraque

Ideli critica investigação a partir de denúncia anônima

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) protestou contra o corregedor-geral da Secretaria da Receita Federal, José Moacir Ferreira Leão, por ele ter determinado investigação sobre denúncia anônima feita contra auditor fiscal da Receita em Santa Catarina. A



Ideli Salvatti afirma que auditor não foi informado

senadora, que se deu inicialmente por meio de carta enviada ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, foi noticiada na edição de 26 de março da revista *Veja*, em duas notas assinadas pelo jornalista Lauro Jardim.

— Considero absolutamente ilegal e inadmissível uma investigação oficiosa ser estabelecida sem que o acusado nem sequer tenha sido comunicado ou tido direito de defesa.

De posse de ofício do corregedor-geral confirmando a realização de consulta junto à empresa que teria recebido a solicitação de pagamento de propina de R\$ 300 mil e que o fato foi negado, Ideli cobrou providências sobre a suposta ilegalidade cometida por José Moacir Leão.

Salário mínimo de R\$ 240 resultou de acordo no Congresso, diz Mercadante

Ele afirma que valor foi pactuado entre lideranças partidárias durante votação do Orçamento e lembra que governo anterior havia proposto quantia de R\$ 211

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou ontem que, ao anunciar o aumento do salário mínimo para R\$ 240, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cumpriu acordo firmado entre deputados e senadores. Mercadante observou que o valor foi pactuado entre todos os partidos durante a discussão da lei orçamentária deste ano na comissão mista. Ele lembrou que o valor proposto pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio do projeto da Lei de

Diretrizes Orçamentárias (LDO), foi de R\$ 211.

— Na reta final da campanha presidencial, no último debate, o da Rede Globo, em novembro, o candidato José Serra defendeu que o salário mínimo fosse reajustado para R\$ 220. Na ocasião, ele cobrou uma posição de Lula, que respondeu que não tomaria uma posição naquele momento, pois antes teria que olhar o Orçamento e a capacidade das contas públicas, mas que daria o maior aumento possível — afirmou.

Mercadante elogiou a medida provisória (MP) referente à renegociação de débitos rurais, assinada na segunda-feira. Ele disse que as lideranças no Congresso foram fundamentais para que houvesse um acordo em torno do texto final, que deverá beneficiar 330 mil pequenos agricultores, entre os quais 100 mil assentados.

— A agricultura familiar gera empregos e fixa o homem no campo, diminuindo as crises nas grandes cidades. É melhor ter as famílias produzindo para o Fome Zero

do que tê-las como clientes desse programa — afirmou.

Os militares também receberam uma saudação de Mercadante pela passagem do dia 31 de março. O senador ressaltou as boas relações das Forças Armadas com o povo brasileiro e a harmonia entre os Poderes constituídos vivida atualmente. Mercadante salientou ainda a importância do Exército, da Marinha e da Aeronáutica para a soberania do país e o apoio às ações governamentais na área social.

Jefferson pede desvinculação de benefícios da Previdência

O salário mínimo só vai alcançar um patamar desejável quando for desvinculado dos benefícios da Previdência, afirmou ontem o senador Jefferson Péres (PDT-AM). Ele entende que, se essa vinculação permanecer, não haverá a possibilidade de



Jefferson Péres recomenda cuidado para não prejudicar os segurados

estabelecer um mecanismo de indexação que garantissem a esses segurados, ao longo do tempo, o seu poder de compra, e que permitisse ao poder público ir dando aumentos reais ao salário mínimo.

Em nome do PDT, o senador cumprimentou Lula pela decisão de fixar o valor de R\$ 240 para o salário mínimo e de manter a data do reajuste em 1º de abril, conforme o estabelecido no governo de Fernando Henrique.

— O presidente não acatou talvez a excessiva prudência da equipe econômica, que defendia um valor de R\$ 234, mas também não cometeu a imprudência de dar um valor acima do suportável.

do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao final do seu mandato, decretar um salário mínimo em torno de US\$ 100, “porque isso é financeiramente insustentável pela Previdência Social”.

Jefferson alertou, no entanto, para a possibilidade de uma desvinculação sem regras deixar os segurados da Previdência expostos a uma constante erosão de seus be-

Paim quer evitar prejuízos para inativos e pensionistas

Após contato mantido ontem com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), disse ter percebido “boa vontade” do Poder Executivo para transferir a data-base do reajuste do salário mínimo de 1º de abril para 1º de maio. Essa mudança,

conforme assinalou em Plenário, deve contemplar 22 milhões de aposentados e pensionistas da Previdência Social que recebem benefícios superiores a um salário mínimo.

Paulo Paim acredita que a conversão da data-base de reajuste do salário mínimo vai impedir que esses segurados da Previdência Social continuem a ter seus benefí-



Paulo Paim defende mudança da data-base do reajuste para maio

cios majorados em percentual inferior ao do mínimo. O senador também defende a concessão do aumento dos proventos desses inativos e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em maio, e não em junho.

— O presidente Lula falou de sua

vontade de dobrar o valor do mínimo ao longo de seu governo — disse, comentando a intenção do Executivo de inserir no debate da lei orçamentária para 2004 um salário mínimo maior.

Na segunda-feira, Paulo Paim propôs a fixação, no próximo ano, de um salário mínimo correspondente a US\$ 100 e a volta da data-base para 1º de maio.

Agripino defende um reajuste maior

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), dirigiu ontem, em Plenário, apelo aos parlamentares e ao Executivo para que sejam esgotadas todas as possibilidades de se conceder um maior aumento do salário mínimo. Lembrou que há dois anos, quando seu partido participava do governo e o PT era oposição, ambas as agre-

miadas “somavam-se aos esforços de se garantir o maior reajuste possível”.

Agripino afirmou que seu pedido se inseria “na linha do diálogo, do entendimento, da colaboração e do interesse público” que sempre pautou seu partido, agora na oposição. Ele disse que, em 2001, o reajuste foi 11% acima da infla-

ção, enquanto o novo salário mínimo, de R\$ 240, significa, segundo o parlamentar, pouco mais de 1% de ganho real.

— Apelo para que renovemos o compromisso de diálogo que tivemos no passado. Se for possível buscar no Orçamento um reajuste melhor, vamos trabalhar — salientou.



José Agripino observou que aumento real do novo salário mínimo é de apenas 1%

Ribeiro elogia Bolsa-Cidadã do Tocantins

A importância do programa Bolsa-Cidadã, desenvolvido e implantado pelo governo do estado do Tocantins, foi destacada em Plenário pelo senador João Ribeiro (PFL-TO). Segundo o parlamentar, o programa pretende alcançar os 139 municípios do estado e oferecer capacitação profissional para 3,5 mil jovens em áreas específicas como educação, saúde, meio ambiente, esporte e cultura.

Ele informou que, ontem, foram assinados termos de adesão ao programa com as prefeituras de 28 municípios do norte do estado.



João Ribeiro

Eduardo cobra combate ao trabalho infantil

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) pediu ao governo federal que libere as verbas necessárias para a manutenção dos programas sociais do governo anterior, de Fernando Henrique.

— O governo anterior deixou uma grande rede de proteção social que não tem dono, não tem pai, mas tem como grande beneficiário o povo brasileiro — disse Eduardo Siqueira Campos.

O senador ressaltou que, com o apelo, não fazia nenhuma crítica ao programa Fome Zero, que considera fundamental, mas defendia a continuidade de ações como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Programa Fome Zero vai dar certo, afirma João Alberto

O Fome Zero poderá livrar definitivamente o Brasil “desa verdadeira epidemia”, afirmou o senador João Alberto Souza (PMDB-MA), manifestando a convicção de que o programa vai dar certo.

O parlamentar salientou que, durante solenidade na Associação Comercial do Maranhão, realizada no dia 21 de março passado, para homenagear Edilson Baldez, um dos líderes da construção civil no estado, pôde constatar a conscientização do empresariado maranhense com relação ao programa.



João Alberto

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Efraim Morais e Magno Malta